

# SECTOR DA ADVOCACIA DE NEGÓCIOS PEDE ESTABILIDADE PARA ATRAIR INVESTIMENTO

■ A conjuntura política, económica e financeira do país ao longo do ano será determinante para a evolução do mundo dos negócios em 2016 e, por consequência, para a actividade desenvolvida pelos prestadores de serviços jurídicos às empresas. Para alguns dos principais actores do mercado da advocacia de negócios é esta a percepção que existe, razão que os leva a pedir estabilidade na condução dos destinos do país, ao mesmo tempo que aguardam um contexto internacional assente num desempenho tão positivo quanto possível da economia mundial. Pese embora persista alguma incerteza, em muito dependente das medidas de política económica que venham a ser tomadas, o sector da advocacia de negócios espera que não haja uma retracção ao nível do investimento e que as áreas de fusões e aquisições, de societário, de imobiliário, de fiscal e de algum contencioso possam crescer.

Se é verdade que do ponto de vista do investimento, eventuais situações de incerteza política podem complicar as decisões das empresas nacionais e, sobretudo, das internacionais, também há o reconhecimento de que implementação dos projectos já em curso sugere a manutenção, em 2016, dos mesmos níveis de solicitação de serviços jurídicos registados no ano passado. É assim expectável, sustentam alguns “players” do mercado da advocacia que assegura apoio às empresas, que se mantenham elevados níveis de actividade na área das fusões e aquisições, a par da continuidade dos investimentos em alguns sectores de negócio.

Nota-se, aliás, de acordo com o testemunho de alguns advogados, uma presença cada vez mais acentuada no país das firmas internacionais de consultoria estratégica e financeira, o que para os actores do mercado da advocacia de negócios corresponde a um indício forte de que Portugal é um mercado atractivo para operações de investimento estrangeiro. No ano passado foi registado algum crescimento



das áreas ligadas ao desenvolvimento de novos negócios e houve a contínua redução dos serviços associados às reestruturações e à litigância associada a este tipo de operações. Ou seja, se não se assistir a um retrocesso no clima de maior confiança que vinha a sentir-se, e assim se mantiver o sentido ascendente do nível de investimento, naturalmente que tal cenário terá reflexos positivos na prestação de serviços jurídicos.

Ainda assim, face às solicitações de alguns clientes, entre os advogados por nós inquiridos, há quem admita igualmente que deverão ter continuidade os pedidos de apoio na área do contencioso. Já não tanto em resultado de reestruturações, mas sobretudo fruto da crise que afectou vários dos mais importantes grupos nacionais em diversos sectores, nos últimos anos, e dos processos de rápida transformação do nosso tecido empresarial e financeiro que se lhe seguiram.

## ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGISLATIVA

Um aspecto importante igualmente assinalado, prende-se com a necessidade de manter no país não só a necessária estabilidade política, mas também legislativa. Quem argumenta neste sentido tem em mente a necessidade de manter a confiança dos investidores, de modo a que a tendência da aposta em Portugal mantenha o ritmo de 2015 ou preferencialmente cresça. Em todo o caso, há mudanças em curso, nomeadamente ao nível do quadro normativo fiscal, quer para os contribuintes singulares, quer para as empresas.

Na prática, estas alterações vão traduzir-se em novo trabalho para os departamentos de Direito Fiscal das sociedades. Mas haverá também outro tipo de questões a equacionar. Não é apenas a área de fiscal, mas também as de imobiliário e de societário que prometem, ainda de acordo com responsáveis de ...

sociedades de advogados por nós contactados, estar ainda activas. Além disso, é expectável que as empresas passem a apostar cada vez mais na internacionalização e num modelo de cooperação intercontinental, dando seqüência à diversificação da aposta em novos mercados. Em resultado desta tendência, a lógica que determina a actuação das firmas de advocacia – seguir o cliente e estar onde este precisa – irá também ter reflexos na estratégia que vão seguir, admitem alguns dos nossos interlocutores.

Ou seja, 2016 é visto como um ano de grandes desafios. Desde logo, o da consolidação da tendência de recuperação económica que marcou 2014 e 2015, num contexto frisado pela recente evolução negativa de algumas das economias emergentes, muito em resultado da baixa do preço do petróleo ou da existência de conflitos regionais. A somar a este aspecto, estão ainda as dúvidas sobre o tipo

de relação que o Governo português manterá com as instituições europeias e da maior ou menor abertura de Bruxelas para as mudanças de estratégia para o desenvolvimento económico, decididas pelo Executivo de António Costa. Face às previsões de crescimento económico mais animadoras em Espanha e na Alemanha, dois países que estão no grupo dos principais parceiros comerciais de Portugal, as dificuldades não surgem em todas as frentes. Até por esta razão, cresce o sentimento de que o país se mantenha no caminho da retoma.

### NOVOS SERVIÇOS JURÍDICOS NA CALHA?

Há uma expectativa forte por parte dos “players” do mercado português da advocacia de negócios de que a prestação de serviços jurídicos vai continuar a recuperar e que existem as áreas em clara expansão. Há quem aposte que o imobiliário e as fusões e aquisições, irão ter, em breve, a companhia de outras áreas

de prática, designadamente, o planeamento fiscal e o contencioso tributário, o mercado de capitais, o “compliance” ou o processo penal. Neste último caso, especialmente no domínio dos chamados crimes de “colarinho branco”, não será estranha a litigiosidade associada ainda ao colapso de algumas instituições nacionais do sector bancário e financeiro.

Pese embora persista alguma incerteza, em muito dependente das medidas de política económica que venham a ser tomadas, o sector da advocacia de negócios espera que não haja uma retracção ao nível do investimento e que as áreas de fusões e aquisições, de societário, de imobiliário, de fiscal e de algum contencioso possam crescer. Salva-se contudo, no evoluir da situação da inevitável dependência de factores externos e também da percepção dos investidores de que o País continua a ser um bom destino de investimento. ■

## POLÍTICA DE JUSTIÇA: NOVOS RUMOS OU UM MAPA PARA REVISITAR

Depois de uma advogada, uma magistrada do Ministério Público. A pasta da Justiça está agora nas mãos de Francisca Van Dunem, que já garantiu ser seu propósito proceder a mudanças no mapa judiciário instituído no mandato da sua antecessora, Paula Teixeira da Cruz.

A nova responsável pela tutela da Justiça fez saber, durante a sua primeira intervenção no Parlamento, que o ministério “vai rever o mapa judiciário, porque quem o fez tem de ter a consciência que foi feito de acordo com pressupostos e regras que em alguns casos funcionaram e noutros não, pelo que é preciso ir ao encontro dos problemas”.

Tendo por base o programa de Governo e as Grandes Opções do Plano (GOP) para o próximo quadriénio, as apostas da Justiça apontam para a actualização dos recursos e soluções tecnológicas para a prevenção e combate ao crime, designadamente terrorismo, cibercrime, crimes de natureza sexual e a criminalidade económico-financeira, com destaque para a prevenção e investigação da corrupção. Neste último âmbito, nomeadamente com a promoção de políticas pró-activas de prevenção e de investigação da corrupção, através de inquéritos junto dos utentes dos serviços públicos.

O programa do Governo nesta área assenta em cinco princípios genéricos, que envolvem a melhoria da gestão do sistema judicial, a promoção do descongestionamento dos tribunais, a simplificação e desmaterialização dos processos judiciais, a aproximação da Justiça dos cidadãos e a melhoria da qualidade do serviço público de Justiça.

No âmbito da melhoria da gestão do sistema judicial, está prevista a adopção de medidas como a que envolve a criação de um regime

de incentivos à produtividade das equipas dos tribunais que cumpram metas de desempenho previamente fixadas; bem como a adaptação da filosofia de Simplex aos tribunais, quer ao nível da comunicação interna, quer no contacto com os cidadãos.

Já no que diz respeito à promoção do descongestionamento dos tribunais, o Ministério da Justiça quer criar gabinetes de assessores judiciais e de equipas de intervenção rápida, para auxílio ao serviço dos tribunais; assim como pretende limitar a possibilidade de um litígio entre pessoas colectivas públicas ser dirimido através dos tribunais, impondo-se valor mínimo das causas e incentivando-se o recurso à mediação ou à arbitragem.

Ao nível da simplificação e desmaterialização dos processos judiciais, as apostas passam pelo desenvolvimento de uma nova versão do sistema de gestão processual CITIUS, contemplando novas funcionalidades; mas também por uma simplificação processual, com redução de actos processuais considerados “redundantes, inúteis ou sem valor acrescentado”.

Quanto à aproximação da Justiça dos cidadãos, tal como a ministra Francisca Van Dunem já referiu, um dos propósitos é “revisitar o mapa judiciário”, numa lógica de integração do mesmo com a política do ordenamento do território e também no sentido de tornar possível a realização em cada concelho de julgamentos que respeitem aos cidadãos desse mesmo concelho.

Por fim, no que diz respeito à melhoria da qualidade do serviço público de Justiça, existe o propósito de reforçar a formação especializada para magistrados e para oficiais de justiça; ou de promover formações conjuntas especializadas dos formadores de todas as profissões jurídicas, de modo a assegurar a sua uniformidade.



CATOLICA  
FACULDADE DE DIREITO  
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA  
GLOBAL  
SCHOOL OF  
LAW

# LL.M. INTERNATIONAL BUSINESS LAW

ADVANCED  
MASTER OF LAWS

*Aposte numa  
carreira global*

- LL.M. especializado em Direito Internacional dos negócios, para advogados com experiência
- Junta, em Lisboa, o melhor de dois mundos: Common Law e Direito Europeu, numa perspetiva transnacional
- Corpo docente de topo: académicos e profissionais de referência
- Reconhecido pela 6ª vez pelo Financial Times como um dos programas mais inovadores do mundo

CATÓLICA GLOBAL  
SCHOOL OF LAW

CUTTING EDGE LEGAL EDUCATION



FINANCIAL  
TIMES

*Among top LL.M.s  
in the world: Financial Times Innovative  
Law Schools Report*

[www.catolicalaw.fd.lisboa.ucp.pt](http://www.catolicalaw.fd.lisboa.ucp.pt)  
[catolica.law@ucp.pt](mailto:catolica.law@ucp.pt)

PARCEIROS



ABREU  
ADVOGADOS

CUATRECASAS. GONÇALVES PEREIRA

MORAIS LEITÃO  
GALVÃO TELES  
SOARES DA SILVA

slcm.pt

FUNDACÃO  
Millennium  
bcp